



9 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 24 de julho de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
0,99% São Paulo	127.652 18/7 19/7 22/7 23/7	R\$ 5,586 (+ 0,29%)	R\$ 1.412	Comercial, venda na terça-feira R\$ 6,062	Ao ano 10,40%	Prefixado 30 dias (ao ano) 10,40%	IPCA do IBGE (em %)
		Últimos					Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21

DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Dois documentos foram aprovados pelos representantes das maiores economias, reunidos no Rio. Um, pelo combate às desigualdades e o outro, pelo acesso universal à água, saneamento e higiene. Chanceler brasileiro comemorou a "vitória"

Após 2 anos, G20 terá declaração ministerial

» RAFAELA GONÇALVES
Enviada especial

Rio de Janeiro - A segunda rodada de reuniões ministeriais do G20, que acontece ao longo da semana na capital fluminense, já representa uma vitória histórica. Pela primeira vez em quase dois anos e meio, o grupo obteve consenso para a aprovação de declarações dos grupos de trabalho do fórum de cooperação internacional.

O hiato foi marcado por divergências geopolíticas sobre os conflitos na Ucrânia e em Gaza. Até ontem, foram aprovados com unanimidade dois documentos em que as nações se comprometem com o combate às desigualdades e o acesso universal à água, saneamento e higiene.

A jornalista, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que é coordenador do grupo de Desenvolvimento, classificou os acordos como uma "vitória da diplomacia". "Como sabem, desde o início do conflito na Europa, em fevereiro de 2022, o G20 não conseguia aprovar documentos de nível ministerial, o que tolhia esse grupo da sua capacidade de impulsionar a agenda internacional", lembrou.

Os compromissos aprovados foram: *Não deixar ninguém para trás: Declaração Ministerial de Desenvolvimento e Chamado à Ação do G20 sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene*. "O primeiro documento, sobre desigualdades, merece destaque pelo reconhecimento da importância das políticas públicas de inclusão social e de enfrentamento a todo tipo de desigualdade. Não apenas por razões de justiça social, mas também pelo fato de que essas políticas públicas geram crescimento econômico sustentável", disse Vieira.

O G20 voltou a emitir duas decisões ministeriais plenamente consensuais. É uma vitória da diplomacia e da presidência brasileira

Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores

Em discurso na abertura da sessão Combate às Desigualdades e Cooperação Trilateral, da Reunião Ministerial de Desenvolvimento, o ministro citou dados da Oxfam, que apontam que o 1% mais rico do mundo ficou com quase dois terços de toda a riqueza gerada desde 2020 e que os 10% mais ricos são responsáveis por metade das emissões de carbono no planeta. "Em 2020, vimos um aumento da desigualdade global, pela primeira vez em décadas, com incremento de 0,7% do índice Gini global", destacou.

O chanceler ainda citou os esforços do Brasil para "destravar o grupo" — formado pelas 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana. "O G20 voltou a emitir duas decisões ministeriais plenamente consensuais. É uma vitória da diplomacia e da presidência brasileira, que dá a dimensão da importância de uma política externa equilibrada e com credibilidade junto a seus pares."

Em comunicado, divulgado na véspera, a presidência brasileira no G20 reconheceu que há divergências entre os integrantes do fórum sobre questões geopolíticas e comprometeu-se a conduzir a discussão sobre as guerras nos próximos meses, em preparação para a Cúpula de Líderes no Rio de Janeiro, que acontece em novembro.

Contra a Fome

Vieira afirmou ainda que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza será a principal reunião da semana, que, de acordo com ele, já conquistou amplo apoio entre os países-membros. "Paralelamente à reunião, estou cumprindo intensa agenda de promoção de encontros bilaterais nos quais tenho ouvido de todos os ministros visitantes sólido apoio às prioridades brasileiras do G20, aos documentos por ora aprovados

Alex Ferro/G20



Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores, ao lado do embaixador Maurício Lyrio, comemorou a aprovação do texto final

e sobretudo a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que será anunciada amanhã (hoje)", contou.

A iniciativa estabelece mecanismos para mobilizar recursos financeiros para apoiar as políticas públicas para o combate à desigualdade e à pobreza. O objetivo, de acordo com o Planalto, é "ampliar bases para o desenvolvimento e superação da fome a longo prazo". A expectativa é que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza seja definitivamente lançada em novembro, na Cúpula de Líderes.

Taxação dos bilionários

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da agenda para o país. Para o chefe do Executivo, a pauta "coloca o Brasil no

cenário internacional". "A fome e a pobreza são um fenômeno do comportamento humano, ou seja, dos dirigentes políticos. Então, a ideia de a gente criar essa coisa importante da aliança global contra a desigualdade e a fome é a razão principal, o tema principal do G20", disse em entrevista concedida a jornalistas de agências internacionais.

Sobre a taxa dos "super-ricos", proposta pela Trilha de Finanças do grupo, liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Lula afirmou que um consenso não será fácil, mas é "possível". "Não é difícil acabar com a fome, acabar com a miséria. É só a gente fazer com que as pessoas que têm acumulação de riqueza distribuam um pouco em forma de pagamento de imposto. E eu acho que é possível construir um consenso. Não estou dizendo

que é fácil, estou dizendo que é possível construir um consenso em defesa da taxa dos mais ricos."

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem defendendo a tributação dos bilionários no mundo desde o ano passado. Já conseguiu de algumas autoridades, como o presidente da França, Emmanuel Macron e ex-dirigentes de países que integram o G20, como a chilena Michelle Bachelet, o ex-primeiro-ministro da Suécia Stefan Löfven, a ex-primeira-ministra da Austrália Julia Gillard, o ex-primeiro-ministro da França, Dominique de Villepin, e o ex-presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero. Estimativas apontam que a implementação de um imposto mínimo de 2% da riqueza dos bilionários do mundo arrecadaria entre US\$ 200 e US\$ 250 bilhões anualmente.

FMI coloca Brasil entre os piores em investimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou o Brasil entre os 20 piores países em taxa de investimento. Um estudo publicado pela organização internacional estima que o país termine 2024 com investimento a 15,9% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando na vigésima pior posição no ranking que considera 170 economias.

Em 2023, a taxa de investimento do Brasil foi de 16,1%, colocando o país na 24ª pior posição. Nos anos de 2021 e 2022, com a recuperação pós-pandemia, as taxas foram de 19,5% e 18,1%, respectivamente, melhorando temporariamente a posição do Brasil no ranking global. O melhor desempenho foi em 2011, quando o país ficou em 72º lugar com uma taxa de investimento de quase 22% do PIB.

Segundo o economista Alessandro Azzoni, o que justifica a piora da posição do país no ranking é o Custo-Brasil. "Primeiramente a carga tributária, toda essa questão do déficit público e a questão fiscal. E, em segundo, a taxa de juros praticada pelo Banco Central, que ainda é muito alta", disse.

"Antagonicamente, é uma contração absurda desse investimento, porque o mesmo ranking do FMI coloca o Brasil, que pode passar da 9ª para a 8ª posição, entre as maiores economias do mundo. Então, tem-se um crescimento entre as dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, estar entre as piores em quesito de investimento. Mostra que é uma questão de custo do dinheiro", emendou.

Taxa Selic

Azzoni afirmou ainda que as críticas feitas ao patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,5% ao ano, estão explicadas nesse ranking de investimento: "Os juros são um parâmetro para a captação de mercado, a queda da Selic é determinante para que o país tenha uma retomada ou um aumento de crescimento nos investimentos."

Baixas taxas de investimento indicam sinal de alerta para a economia do país. O percentual está próximo da mínima histórica de 14,5% registrada em 2016 e 2017. De acordo com economistas, uma

Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas



Para especialistas, Custo Brasil explica a baixa taxa de investimento no país

taxa abaixo de 15% é considerada muito baixa para o país, sendo o patamar mais adequado entre 17% e 19%.

O economista José Luiz Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que o baixo nível de investimento torna o crescimento da economia insustentável a médio prazo. "Pode levar

a um aumento da pressão inflacionária, produzindo um fim prematuro do atual ciclo de queda da taxa Selic", apontou o economista, que afirmou que para que a economia brasileira possa crescer de forma sustentada, a pelo menos 3% ao ano, a taxa de investimento precisa ser de cerca de 20% do PIB.

Fuga de capital

A saída de investimentos estrangeiros do Brasil tem sido uma preocupação crescente sobre o impacto na economia local. Fatores como as condições econômicas globais, mudanças nas políticas internas do país e a volatilidade cambial estão contribuindo para essa saída.

Historicamente dependentes de investimentos externos, setores como o financeiro e o de infraestrutura têm sentido diretamente os efeitos dessa saída de recursos. A volatilidade do real brasileiro, afetada pelas incertezas nas políticas internas e flutuações nos preços das commodities, dificulta a previsão de retornos sobre investimentos, levando à retirada de capitais estrangeiros.

Ricardo Matte, CEO da Vinct Capital, afirmou que os investidores estão alocando seus recursos para mercados considerados menos arriscados, o que tem impactado diretamente o fluxo de investimentos para o Brasil. "A saída pode ser atribuída principalmente à busca por segurança em um contexto global de aumento das taxas de juros. Isso torna os investimentos em mercados emergentes, como o Brasil, menos atrativos em comparação com os ativos de menor risco e rendimento mais alto nos países desenvolvidos", explicou. (RG)